

1 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**

2 **COMMULHER - SANTOS/SP.**

3 **Lei Municipal nº. 2.039 de 30/07/2002,**

4 alterada pelas Leis nºs. 2.488 de 30/10/2007e 2.702 de 16/07/2010

5

1 **Ata da Assembleia Itinerante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher –**
2 **COMMULHER.** Aos nove dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às 15:00 horas,
3 nas dependências da sede do Projeto Tia Egle, situada na Rua Ambrosina Amélia
4 Caldeira Tolentino,45 – Jardim Castelo – Santos realizou-se a Assembleia
5 Itinerante com a presença das conselheiras, funcionários, voluntários e alguns
6 adolescentes do Projeto, cujas assinaturas constam da lista de presença, parte
7 integrante desta ata. Iniciando a conversa a Sra. Presidente cumprimentou a todos
8 falando da grata satisfação em estarmos naquele espaço referiu sobre a importância
9 desses encontros, momento de troca de experiências e oportunidade de aprendermos
10 umas com as outras. Continuando fez um breve relato sobre a competência do
11 Conselho e passou a palavra para as conselheiras se apresentarem. A apresentação
12 foi feita nominalmente dando ênfase aos órgãos que cada uma representa, para que os
13 ouvintes pudessem entender a composição do Conselho e a importância da
14 participação dos órgãos do poder público e sociedade civil na deliberação das políticas.
15 Da apresentação dos órgãos houveram algumas indagações sobre os trabalhos de
16 cada um e elogios por parte da presidente da entidade Sra. Egle que declarou que
17 alguns dos órgãos citados são parceiros do projeto na medida que realizam ações para
18 os atendidos e famílias, tais como: palestras, encontros de cidadania, salas de cinema
19 etc....Após os devidos esclarecimentos sobre questões levantadas pelos presentes e
20 respondidas pelas conselheiras. Sra Egle declarou que necessitam de capacitação
21 para que possam atender melhor o público daquele lugar. Refere que assuntos como
22 apropriação indébita, violência, negligência são muito comuns no grupo de idosos que
23 acontecem todas as quintas-feira a tarde, violências contra as mulheres, homofobia e
24 outros também são demanda que frequentemente são trazidas a baila para discussão.
25 Solicita que, se possível, sejam realizadas ações por parte dos órgãos com o objetivo
26 de prestar esclarecimentos as pessoas que atuam no projeto e aos atendidos e suas
27 famílias, bem como a comunidade local, que também é convidada a participar.
28 Continuando a Sra. Elza passou a palavra a representante da Secretaria Municipal de
29 Saúde - SMS, Sra. Milene Mori Ferreira Luz para discorrer acerca do Programa
30 Planejamento Familiar, a conselheira falou sobre o programa explicando
31 detalhadamente sobre a importância da gravidez planejada e o direito que as mulheres
32 têm na escolha do número de filhos e no momento mais apropriado para engravidar.
33 Atualmente, existem disponível na rede pública vários meios de evitar a gravidez, que
34 vai desde o uso do anticoncepcional até a implantação do DIU,para tal é necessário
35 que a mulher procure atendimento médico e decida qual o melhor para si. Enfatiza que
36 além de prevenir a gravidez é necessário o cuidado para evitar vários tipos de doenças
37 que se desenvolve por meio da relação sexual. Refere que a Policlínica daquela região
38 está de portas abertas para atender essa mulher. As presentes enaltecem o trabalho da
39 equipe do local composta por uma médica e duas enfermeiras, sempre dispostas a
40 orientá-las acerca da questão. Continuando passa a palavra a enfermeira da Secretaria
41 de Saúde Ellen Kechichian, que por meio de ilustrações explica aos presentes,
42 inclusive adolescentes do projeto, sobre o corpo da mulher, aparelho reprodutor e
43 outras questões referentes a saúde da mulher. O momento é bastante enriquecedor, os
44 debates são muitos. Tanto as técnicas como as demais mulheres presentes colocam
45 suas dúvidas e inquietações geradas por desconhecimento do próprio corpo. Com

8 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**

9 **COMMULHER - SANTOS/SP.**

10 **Lei Municipal nº. 2.039 de 30/07/2002,**

11 alterada pelas Leis nºs. 2.488 de 30/10/2007e 2.702 de 16/07/2010

12

46 muito pesar colocam que mulheres que provocam abortos não procuram os hospitais
47 por temer que chamem a polícia, preferiem correr sério risco de morrer ao ter que
48 passar por tal constrangimento. O medo de ser penalizadas é maior que o da morte.
49 As representantes da saúde explicam com bastante clareza que o atendimento médico
50 nesses casos é fundamental para salvar vidas e que os profissionais da área se
51 preocupam, naquele momento, somente com a saúde da mulher, sem juízo de valor
52 sobre o fato ocorrido. Mais uma vez coloca sobre a importância da prevenção, para que
53 nunca se chegue a condição da perda da vida em razão desse fato. Sra Egle fala que
54 palestras sobre o assunto são importantes para ajudar na prevenção e entendimento
55 sobre os riscos que o aborto provocado causa as mulheres. Prosseguindo com a
56 apresentação, casos de violências contra as mulheres são trazidos a baila provocando
57 muita inquietação entre as presentes, que solicitam ações de esclarecimentos sobre a
58 quem procurar nesses casos. As conselheiras colocam sobre os locais que atendem a
59 demanda e como chegar até aos serviços, se percebe que a informação é fundamental
60 para aquelas mulheres, que sabem tão pouco sobre os seus direitos, quando e como
61 devem agir quando necessitarem. Colocam também, sobre algumas questões legais
62 tais como: investigação de paternidade, pensão alimentícia, guarda e demais
63 demandas que necessitam de atendimento jurídico, novamente foram apresentados a
64 elas os órgãos, todavia solicitam que as orientações cheguem até aquele local, por
65 meio de palestras. Sra. Egle solicita para que as demandas apresentadas nesta
66 reunião não caia no esquecimento, que as reivindicações e as propostas feitas pelas
67 mulheres aqui presentes cheguem aos órgãos para que todas consigam acreditar que
68 existe sempre um local onde procurar ajuda. Requer, que mais vezes o Conselho, volte
69 ao projeto. Nesse momento, a presidente do COMMULHER faz o convite a ela para
70 que o projeto Tia Egle faça parte da nova composição do Conselho, para que cada vez
71 mais, por meio do conhecimento das políticas públicas se empodere de questões que
72 a ajudaram no gerenciamento do projeto. Prontamente ela aceita o convite e na
73 ocasião irá se habilitar ao processo de escolha. Sra Ellen Kechichian, volta ao final de
74 sua explicação se colocando a disposição e enfatizando, mais uma vez, que a
75 Policlínica daquela região é extremamente parceira e estará sempre à disposição de
76 quem as procurar. As representantes da SMS colocam que sempre que convidadas
77 estão disponíveis para o agendamento de palestras. Prosseguindo Sra. Elza agradece
78 a todas os presentes pela oportunidade de estarmos com elas nesta tarde, que foi
79 extremamente enriquecedora com a troca de saberes, colocando o COMMULHER a
80 disposição de todas para novos encontros. Agradece ainda as conselheiras presentes,
81 Sem nada mais a tratar dar por encerrada a assembleia, que eu secretaria ad hoc
82 redigi a presente ata, que vai assinada por mim, Valéria Gallotti e pela presidente, Elza
83 Pereira dos Santos.

84

85

86 **Elza Pereira dos Santos**
87 **Presidente do Commulher**

Valéria Gallotti
Secretária Ad hoc

88

13 2

14